



USO DO LIVRO DIDÁTICO POR PROFESSORAS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: 2007 A 2011

Cassia Helena Guillen Cavarsan¹ - PUCPR
Rosa Lydíia Teixeira Corrêa² - PUCPR

Grupo de Trabalho - História da Educação
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Este trabalho, situado no campo da História da Educação, toma como aporte teórico a Nova História Cultural, principalmente pelas contribuições de Chartier (1994), bem como as colaborações de Certeau (1994). Tem como tema o uso, feito por professoras, do livro didático de Língua Portuguesa, destinado ao primeiro ano do Ensino Fundamental de Nove Anos. A pesquisa ocorreu em quatro escolas públicas, da rede municipal de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, correspondendo ao período de 2007 a 2011. Originou-se pela suposta dificuldade que os alunos e professores, desse ano de ensino sentiam em utilizar este material didático em suas práticas diárias. O intuito foi o de compreender como foram feitos o consumo e os usos desse artefato cultural, e perceber quais foram as contribuições para o processo ensino-aprendizagem. Para tanto, foram registrados e analisados depoimentos de docentes através de entrevistas semiestruturadas, além de serem considerados como fontes alguns documentos escolares, legislação e um livro didático utilizado por um aluno. Averiguou-se que o livro didático de Língua Portuguesa representa ser para todas as docentes um auxílio para o processo ensino-aprendizagem. Ao que tudo indicou, as professoras lançaram mão de táticas (CERTEAU, 1994) para utilizar o livro didático em sala de aula, adaptando, alterando, suprimindo páginas, entre outras formas de emprego, revelando a pluralidade de usos (CHARTIER, 1999), e em alguns casos preferiram não fazer uso deste. Assim, através desta pesquisa compreendeu-se como foram feitos os diferentes consumos e usos do livro didático de Língua Portuguesa, por meio das entrevistas e das fontes documentais analisadas. Percebeu-se, por fim, que o objeto deste estudo, o livro didático, apresentou de alguma maneira sua contribuição ao processo ensino aprendizagem, ora mais ora menos, dependendo do emprego de uso(s) ou não que foram aplicados a ele.

Palavras-chave: Professores. Livro Didático. Consumo e Uso.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: cassia@cavarsan.com.br.

² Professora titular do Programada de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: rosa.correa@pucpr.br.

Introdução

O presente trabalho é parte de dissertação de mestrado que teve como propósito geral compreender o uso e consumo do Livro Didático (LD) por parte de professoras do primeiro ano do ensino fundamental, logo após esse ano de ensino ter sido instituído pela Lei nº 11.274/2006 que altera a LDBN, Lei nº 9.394/1996³ e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de criança de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas de ensino, até 2010.

A pesquisa de cunho histórico com ancora em autores da História Cultural, além de estudo bibliográfico⁴ abrangeu análise documental (legislação e livros didáticos), bem como entrevistas com nove professoras⁵, identificadas pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H e I, que pertencem a quatro escolas da rede municipal de São José dos Pinhais⁶, que lecionaram e/ou ainda lecionam nos primeiros anos do Ensino Fundamental, e que se dispuseram a trazer algumas de suas experiências com o LD. As entrevistas semiestruturadas foram feitas com base em roteiros que serviram para que elas pudessem relembrar vários aspectos concernentes ao uso desse material didático em suas práticas. As entrevistas tiveram a duração de, aproximadamente, uma hora com cada uma das professoras. O roteiro esteve estruturado em torno de uso, consumo e importância do LD na sala de aula para as entrevistadas, fundamentos do corpo deste trabalho.

Com efeito, antes de passar para o uso propriamente dito do LD, através das perspectivas das professoras entrevistadas, convém ressaltar que a ideia de uso está aqui sendo entendida pela acepção que Certeau (1994) traz de “uso e consumo”. Assim, do ponto de vista teórico metodológico duas categorias que parecem peculiares e serviram para análise e possível entendimento sobre o que trazemos aqui acerca do uso do LD de Língua Portuguesa, no primeiro ano do Ensino Fundamental.

³ Essa Lei maior de Educação brasileira, em seu artigo 6º, declara que é dever dos pais ou dos responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade no Ensino Fundamental, considerando a duração deste ensino de oito anos, previsto no artigo 32 da mesma legislação. Assim, tal perspectiva veio a se concretizar posteriormente nos anos de 2001, 2005 e 2006. Assim, a Lei nº 10.172/2001 estabelece o ensino de nove anos para o Ensino Fundamental como meta. A Lei nº 11.114/2005 altera a LDBN e torna obrigatória a matrícula da criança de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

⁴ Foi realizado estudo exploratório no período de 2009 a 2013, onde foram encontrados 16 artigos sobre o assunto no Portal de periódicos da Capes, de onde foram subtraídas categorias de análise tais como: *Natureza Pedagógica*, *Conteúdo*, *Contexto Ideológico*, *Contexto Cultural* e *Mercado Editorial*, que compõem um capítulo da dissertação base deste artigo.

⁵ Cada uma das professoras assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido onde constam os propósitos da pesquisa.

⁶ Município localizado na região metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil.

Assim, Certeau (1994) contribui para este estudo quando instiga a pensar sobre certas operações muito próprias, particulares que sujeitos usuários realizam desde os seus repertórios que possuem para atuarem com e sobre certos bens culturais. Aqui o bem central é o LD, os sujeitos são professores e alunos do primeiro ano do Ensino Fundamental. Desse modo, o que estes sujeitos “fabricariam” e/ou teriam fabricado com esse objeto cultural que é o LD? Como eles o tomariam para si? Como o teriam absorvido? E ainda, como teriam sido as possíveis operações de uso e de apropriação? Neste sentido, pode-se falar também das possibilidades de consumo ou não desse objeto cultural.

Importante considerar que, às vezes, o uso remete a *táticas* no entendimento de Certeau (1994), e estas são concebidas como própria dos “fracos”, ou seja, daqueles que não tem o poder de definir questões de ordem social, consideradas importantes na coletividade. Por outro lado, do ponto de vista do LD, quais são as *estratégias* (CERTEAU, 1994) que este material possui para instalar uma ordem (CHARTIER, 1994) que deve ser cumprida? Diante das distintas provocações a respeito das teias de relações (BITTENCOURT, 2010) que envolvem o LD, passa-se enfim para a apreciação dos dados tomando como referência para a distribuição dessa apreciação as questões pontuais que nortearam o processo de coleta de dados.

Além disso, importa trazermos o entendimento que temos sobre Livro Didático, ancoradas em Bittencourt (1997), para quem:

[...] o livro didático é também um depositário dos conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares: é por seu intermédio que são passados conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicação específica ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos selecionando ilustrações, fazendo resumos, etc. (BITTENCOURT, 1997, p. 72)

Isso posto passemos a apreciação sobre o consumo e uso de Livros Didáticos nas escolas pesquisadas.

Consumo e uso de Livro Didático de Língua Portuguesa no 1º ano do Ensino Fundamental

Inquiridas sobre o modo como utilizaram o LD⁷ em sala de aula, seis professoras (B, D, E, F, H e I) dentre as entrevistadas indicaram os mesmos posicionamentos ao dizerem que, ao usarem o LD “alteraram ou adaptaram as atividades propostas no mesmo conforme as necessidades dos alunos”. Observa-se aqui o que podemos depreender sobre o uso de “táticas” em Certeau (1994), pois certas atividades foram alteradas, modificadas, adaptadas segundo os propósitos das professoras, que poderiam dar-se em decorrência de vários fatores, entre eles, o seu próprio saber, por exemplo.

Algumas professoras, no entanto, apesar de indicarem formas divergentes quanto à quantidade de páginas que trabalharam, como a de ter usado poucas (F) ou o máximo de páginas (I), compactuaram ao optarem por fazer mudanças na proposta do livro. A Professora C declarou que usou poucas páginas do LD e, em seguida, optou por não fazer mais uso deste. Já a Professora A, indicou que usou todas as páginas no ano em que tinha livro para todos seus alunos. Neste aspecto, há aqui indicadores de uso de táticas (CERTEAU, 1994) não vinculados aos saberes a serem ensinados propriamente ditos, mas demonstrando serem por problemas de ordem operacional.

A Professora A não se enquadraria no período determinado por essa pesquisa (2007 a 2011), pois menciona sua atuação com o LD em 2012 e 2013. Porém, essa docente leciona desde o período da implantação do primeiro ano do ensino de nove anos. Sendo assim, foi considerada por este estudo por trazer dados que condizem com os objetivos propostos. Ela alega que as razões para ter usado o LD nos anos mencionados foi pelo fato de que “em 2010 não ter livro didático suficiente para a sua turma” (Professora A).

A Professora G foi a única que contradisse as posições das demais entrevistadas, pois mencionou que “seguiu exatamente a metodologia do livro didático”. Por essa razão entende-se que, essa docente, não empreendeu outros tipos de uso nesse material, mas seguiu uma única forma de usá-lo, ou seja, a que o livro impunha através da sua proposta metodológica. Aqui, importa notar que o uso do LD e efetivamente o seu consumo se constitui uma questão arbitrária decorrente de inúmeros fatores que merecem ser mais bem investigados.

⁷ O Livro Didático destinado para o primeiro do Ensino fundamental.

Considerados os dados expostos, buscaram-se aqui outras fontes para demonstrar também formas de usos do livro escolar. Após um trabalho de garimpagem junto às escolas foi possível obter o exemplar de um LD⁸ usado naquela época, o qual será apresentado.

O LD “Porta Aberta: letramento e alfabetização linguística 1º ano” (2008) foi adotado por uma das escolas pesquisadas, é constado em Ata escolar, na qual se registra a quantidade de livros didáticos que a escola recebeu por turma. Na Figura 1, pode ser visualizado, um trecho da Ata⁹ onde consta o nome dos livros escolares recebidos pela escola e quantidade.

Figura 1 – Ata escolar

Título do livro	Ano	Livros recebidos	Livros que faltam
De olho no futuro - Alf. Matem.	1º	145	80
Porta Aberta - Letramento Alf.	1º	145	80
Porta Aberta - Letramento e Alf.	2º	84	66
De olho no futuro - Alf. Matem.	2º	82	68
De olho no futuro - Geografia	2º	86	64
Porta Aberta - Língua	2º	86	64
Carteira de Redação	2º	85	65
De olho no futuro - Geografia	3º	149	06

Fonte: Ata da Escola Municipal Leci Caldeira Scherner (2010).

No Quadro 1, baseado na observação minuciosa das páginas do livro escolar analisado, “Porta Aberta: letramento e alfabetização linguística 1º ano” (2008) constam os números de páginas usadas, classificados em lições feitas em sala de aula e como tarefa de casa. Esse quadro foi composto com o intuito também de averiguar a quantidade de páginas usadas, tanto em sala de aula como em casa, e constatou-se que esse material escolar foi bastante utilizado na prática docente.

⁸ A fonte “Porta Aberta: letramento e alfabetização linguística 1º ano” (2008) foi uma doação feita por um aluno que cursava o 4º ano, em 2014.

⁹ Esta Ata, cuja data se refere aos doze dias do mês de fevereiro do ano de 2010, e que trata de conferência e registro de livros recebidos do FNDE, foi elaborada pelas Diretoras, Pedagogas e pela Presidente da Associação de Pais e Mestres (APM), na Escola Municipal Professora Leci Caldeira Scherner, na rede de São José dos Pinhais. Constam ali que os livros seriam utilizados pelos terceiros, quartos e quintos anos durante o período de três anos consecutivos. Já os alunos dos primeiros e segundos anos não precisariam entregar esses materiais, pois seriam consumíveis (ATA, 2010, p. 4).

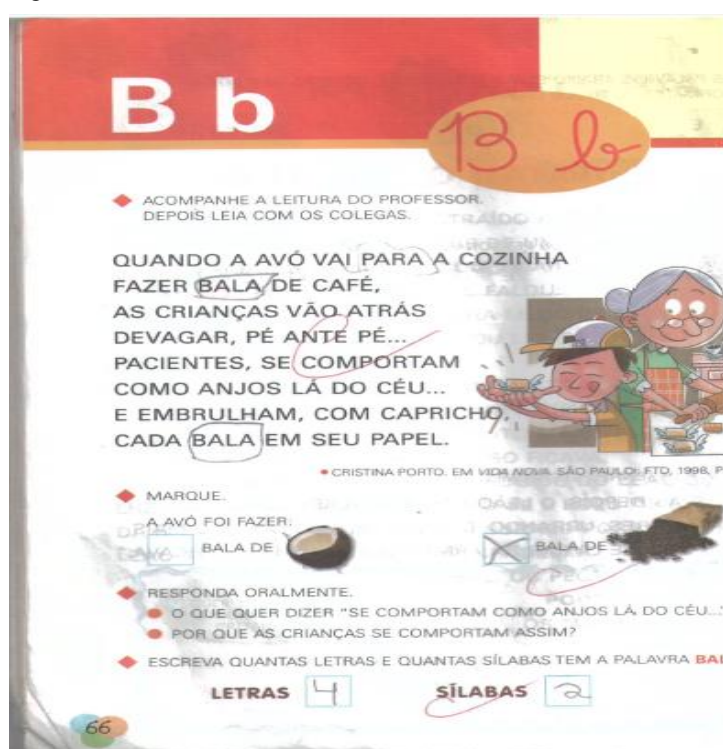
Quadro 1 – Páginas do livro didático usadas

Em sala de aula	Para casa
7, 10, 17, 18, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 45, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 80, 81, 82, 88, 89-metade, 92, 93, 94, 98, 99, 102, 103, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 118, 119, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 162, 206, 222, 223, 224, 225, 233.	83, 94, 95, 100, 104, 120, 207, 208

Fonte: Dados da análise do LD Porta Aberta (BRAGANÇA; CARPANEDA, 2008).

Observando atentamente ainda essas páginas é possível aferir que os exercícios não foram exatamente alterados em sua proposta original, mas adaptados em algumas situações. Entende-se por *alteração*, pelas lentes deste estudo, quando o professor modifica o enunciado e, às vezes, até mesmo a proposta da atividade, por exemplo, quando a atividade do livro prescreve para o aluno pintar as vogais, mas o professor pede para recortá-las para serem coladas no caderno. Assim, como se entende que *adaptação* é o procedimento de não mudar a proposta didática inicial, mas o ato de suprimir ou agregar um elemento que contemple aquilo que o professor desejou transmitir aos seus alunos, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Texto sobre a BALA



Fonte: LD Porta Aberta (BRAGANÇA; CARPANEDA, 2008, p. 66).

Observa-se que nesta atividade do livro de Língua Portuguesa a docente não alterou a proposta de exercício, mas adaptou-a quando pediu que o aluno circulasse no texto a palavra

“BALA”, fato que corresponde novamente a uma “tática” de consumo criativo (CERTEAU, 1994). Esta adaptação pode ter sido feita devido o aluno do primeiro ano ainda não conseguir ler individualmente esta palavra, e ao circulá-la no texto facilitaria a visualização e o entendimento de quantas sílabas e letras a compõem, ao mesmo tempo, em que permitiria a ele poder ler e distinguir entre as demais essa palavra.

De qualquer modo, são estes atos “fabricados” pelo professor-consumidor. Em outras palavras, este sujeito ao consumir o livro cria novas possibilidades de uso diante daquilo que lhe é imposto (CERTEAU, 1994). Nesse sentido, são essenciais para melhor aprofundamento desta questão as próprias palavras de Certeau (1994):

Na realidade, diante de uma produção racionalizada [...] posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como “consumo”, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhes são impostos. (CERTEAU, 1994, p. 94)

A propósito daquilo que é imposto aos sujeitos, volta-se o olhar para aquele que é o portador desta imposição, o LD, o qual foi visualizado nas figuras anteriores. Para entender o que emana dele, passa-se a palavra a Chartier (1994) quando disse que:

O livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação. Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores. Mesmo limitada pelas competências e convenções, essa liberdade sabe como se desviar e reformular as significações que a reduziram. (CHARTIER, 1994, p. 8)

Sendo assim, a docente, ao adaptar a atividade no LD à necessidade da turma, apropriou-se deste com autonomia e “certa” liberdade para agregar outro modo de realizar o trabalho com o texto. Mas do livro escolar não se poderia inferir que é este quem aparentemente pretende dar liberdade ao aluno oferecendo recursos para ele saber ler e escrever e com isso libertar-se?

O título principal desse livro, denominado de “Porta Aberta” (BRAGANÇA; CARPANEDA, 2008), já é por si só um convite à liberdade. Estas palavras podem levar o leitor à formulação da imagem de uma porta que se abre, de dentro para fora, de um lugar fechado para um campo aberto, convidando a ser explorado, nesse caso, uma capa que convida a aprender, a conhecer, a saber.

Diante disso, Bittencourt (1996) diria sobre este objeto escolar que ele “é um material controverso que, democraticamente, ensina a ler, desvendar os signos, tentando, em princípio, libertar o indivíduo, mas que, ao mesmo tempo, condiciona o leitor na pretensão de refrear a própria liberdade que cria”. Por essa razão o papel do professor seja o de, muitas vezes, infringir a ordem imposta pelo LD. Em outras palavras, em se tratando do nível de escolarização, a função do *professor-leitor*¹⁰ é fundamental nesse processo de inserção no “mundo” do saber, já que cabe a ele conduzir e interpretar o caminho até esse local.

Porém, a pretensão do LD de refrear a liberdade do *leitor-professor* rompe-se quando este cria soluções para ultrapassar as barreiras invisíveis. As crianças nesta etapa, em sua maioria, ainda não dominam a habilidade de ler, portanto, elas fazem dos olhos do professor os seus, e dessa forma vão navegando pelas páginas dos livros conduzidas sempre pelo professor que está em sala de aula. Nesse movimento de condução da leitura, os professores estão sempre criando re(leituras).

Mas por que os docentes tomam atitudes que infringem a ordem imposta pelo LD? Talvez uma resposta apressada, pautada na primeira impressão, poderia ser compreendida que é devido ao fato de os professores quererem fazer o LD ser usado e entendido pelos alunos de alguma forma e, com isso, tentam adaptá-lo aos conteúdos a serem trabalhados com as crianças do primeiro ano.

No entanto, buscando um entendimento mais profundo de tais atitudes, compreende-se através da tese de Certeau (1994) que os docentes estão agindo dentro de um campo de “batalha”, no qual eles estabelecem relações de força, ou seja, um campo de “poder” onde eles estão se relacionado e criando “táticas” dentro do campo do inimigo, no qual estão inseridos, de modo a usá-las na medida do possível a seu favor, o tempo todo.

Para melhor compreensão de como funcionam essas duas forças, passa-se a vez a Certeau (1994):

¹⁰ A troca das posições das palavras: *professor-leitor* para *leitor-professor* foi assim registrado com o propósito de situar a posição que este sujeito se encontra diante do livro e da leitura. Sendo assim, o primeiro posicionamento significa que o professor está atuando, “fabricando”, recriando possibilidades de uso, ou seja, estabelecendo “táticas” (CERTEAU, 1994) diante do seu oponente, o LD. Em contrapartida, o segundo posicionamento, remete a ideia de que ele está sob a perspectiva do LD, ou seja, de baixo da sua pretensão de governá-lo.

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e os objetos da pesquisa, etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar de poder e do querer próprios. (CERTEAU, 1994, p. 98, grifos do autor)

[...] chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para manter em si mesma, a distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento, “dentro do campo da visão do inimigo” [...] e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 1994, p. 100, grifos do autor)

Assim, há por parte do LD *estratégias* para que os docentes sigam suas instruções, aliás, encontradas também no próprio Guia do Livro Didático (BRASIL, 2009b), quando este apresenta e sugere complementos para as coleções que resenha. Do outro lado, há os professores, que recebem as regras, as imposições, mas estabelecem *táticas* para administrarem o que não condiz com o trabalho que estão desenvolvendo nas salas de aulas, de acordo com suas concepções, porém vale mais uma vez lembrar, habitando no território do “inimigo” (CERTEAU, 1994).

Ao serem instigadas para falarem sobre como ocorreram os diferentes usos do LD, algumas das nove entrevistadas foram lacônicas nas respostas (A, C, D e E). Já as Professoras F e G, não responderam a esse item. Tais respostas breves ou dúbias podem ser vistas nos seguintes depoimentos:

Algumas atividades e/ou metodologias foram adaptadas às necessidades dos alunos, (Livro “A escola é nossa”). (Professora A)

Como um recurso auxiliar. (Professora C)

Não tinha condição de começar uma atividade e ir até o final, pulava algumas ou tinha que adaptá-las às necessidades da turma. (Professora D)

Utilizei atividade do livro, porém mudei o texto e o contexto. (Professora E)

Este momento, que poderia ter sido uma oportunidade para as docentes revelarem como fizeram diferentes usos de um único material, foi pouco explorado por elas, porém há indícios do exercício de *táticas* (CERTEAU, 1994). Apenas a Professora B, exemplificou como em sua prática deu ao livro diferentes formas de uso:

Utilizava os textos do livro, fazendo marcações de espaçamento entre as palavras, localização de letras, palavras ou expressões, título e autor, representação de partes do texto por desenho. Utilizava bastante os textos como introdução de letras do alfabeto e assuntos que seriam trabalhados e aprofundados. (Professora B)

Na declaração anterior são revelados o quanto podem ser empreendidos outros usos em uma única proposta de trabalho com texto, pois a Professora B criou novas possibilidades de uso ao LD, de acordo com o que trabalhava e desenvolvia na sala de aula relacionado ao ensino da Língua Portuguesa.

Um exemplo semelhante à forma utilizada pela Professora B pode ser também visualizado na Figura 3.

Figura 3 – Texto com marcações



Fonte: LD Porta Aberta (BRAGANÇA; CARPANEDA, 2008, p. 114).

Na ilustração da Figura 3, é possível perceber que a docente que conduziu o livro pediu para os alunos marcarem os espaçamentos entre as palavras. Esse procedimento não está prescrito pelo livro e condiz com uma das maneiras de trabalhar com o texto do LD à semelhança do uso que a Professora B relatou. A criatividade constatada nestes atos tanto pode demarcar o uso, como indicar para outras possibilidades que o professor recorre para avançar na apropriação e consumo do livro pelo aluno, por meio dos saberes que estão sendo ensinados.

Diante disso, o argumento de que o livro não é coerente com a suposta “realidade” do aluno, mencionado algumas vezes nos depoimentos, pode ser superado quando o professor

transforma a “realidade” do livro na “realidade” da sala de aula. É nesse sentido que Lajolo (1996) argumenta que:

Escolha e uso do livro didático precisam resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele reescreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro. (LAJOLO, 1996, p. 9)

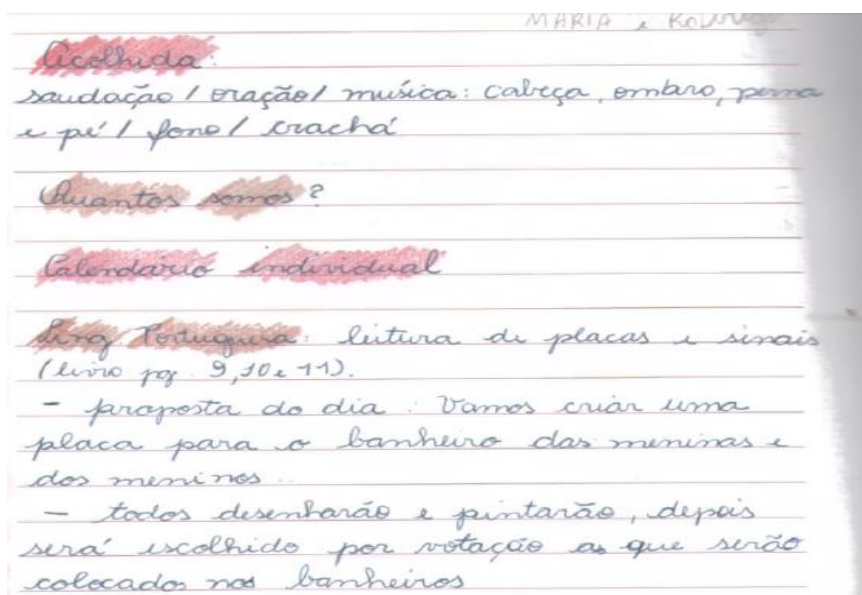
A Professora H declarou que usava o LD para “somente leitura de alguns textos que havia no livro”. Enquanto a Professora I apontou que usava “os textos [...] como ponto inicial de um novo conteúdo”. Nessas breves declarações é possível ainda extrair que as formas encontradas de usar o LD, por essas educadoras, são diferentes das maneiras que a Professora B encontrou para usar esse objeto. Portanto, outras possibilidades, outros usos.

Assim, outro ponto fundamental revelado mediante a esses depoimentos é a verificação da opção de a maioria das professoras entrevistadas fazer uso do LD. Em outros momentos, os docentes que optavam por usar esse objeto didático sofriam críticas. Sendo assim, aqui ficou demonstrado que estes sujeitos, apesar de estarem dentro de um campo na posição de “inferiores” (CERTEAU, 1994), não são agentes passivos ou neutros. Ao contrário, eles fazem escolhas conscientes e justificadas pelas necessidades que encontram em suas práticas. Nesse sentido, as palavras de Munakata (2002) sustentam esta constatação ao asseverar que:

Esses exemplos revelam não a suposta deficiência do professor que requer, por isso, muletas; ao contrário, mostram a extrema criatividade no manuseio desse material, por cuja escolha esses professores nem sempre foram responsáveis. No limite, não é impossível que a partir de um livro considerado ruim o professor consiga desenvolver uma excelente aula. (MUNAKATA, 2002, p. 92)

Analisando um Diário de Classe, que pertenceu à autora deste estudo, verificou-se de uma forma mais precisa as alternâncias tanto temporais como de sequências de páginas que foram feitas durante o uso deste material didático:

Figura 4 – Página do Diário de Classe



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2011).

No Quadro 2, poderão ser examinados os meses, do primeiro semestre, em que a professora regente do primeiro ano mais trabalhou com este material didático, bem como a forma de usos empreendidos em um único livro escolar através de suas páginas.

Quadro 2 – Múltiplos usos do livro didático de Língua Portuguesa

Constituição do número de usos	Mês	Modos de usos do LD
1º	Fevereiro	Seguir a sequência das páginas em ordem crescente, mas pulando páginas.
2º	Abril	Seguir a sequência em ordem crescente, sem pular páginas.
3º	Maior	Retroceder, depois seguir a sequência em ordem crescente pulando páginas.
4º	Junho	Avançar muitas páginas, seguir em ordem crescente pulando páginas.
5º	Agosto	Retroceder as páginas e seguir em ordem crescente, voltar à página anterior, recuar um número maior de páginas e seguir em ordem crescente, sem pular página.

Fonte: Dados do Diário de Classe (2011).

Considerações Finais

Os modos e os diferentes tipos de usos (CERTEAU, 1994) foram categorias que se constituíram como ponto central desta pesquisa, pois ali estão contidos os objetivos deste trabalho que desejava desvendar como foram feitos os usos do LD. Porém, apesar de as entrevistas terem sido algumas vezes respondidas de forma abrangente, ocasionando respostas dúbias e, por conseguinte, deixando lacunas, foi possível ainda assim atingir o alvo deste

estudo, pois os diferentes usos foram constatados, ora por se constituir em mudanças nas atividades propostas, ora por se constituir na forma de (re)elaborar a sequência didática das atividades.

Toda essa variante, no entanto, ainda pode propiciar bons resultados, pois o que realmente deve ser considerado, de acordo com esta perspectiva, é que a turma do primeiro ano avance cada vez mais no caminho da aprendizagem. A proposta do LD pode, em alguns casos, ter uma aproximação com a experiência de nível de aprendizagem que as crianças já possuem, outras vezes pode estar bem distante, por isso, nesse aspecto, o próprio termômetro para sinalizar uso ou usos, ou até mesmo o não uso, são os alunos.

Todas as docentes inicialmente sinalizaram, enfim, a mesma visão sobre o LD, isto é, elas possuíam expectativas positivas relacionadas ao uso desse material. Este, segundo as declarações, poderia trazer complemento às atividades desenvolvidas em sala de aula, ser um auxílio para se avançar na assimilação da Língua Portuguesa e poderia até oferecer mais segurança para aquele momento inicial da implantação do ensino de nove anos. Porém, graças às dificuldades que a maioria das docentes sentiu em usá-lo, ocasionou o estabelecimento de outros usos. A interpretação dessas práticas, ou seja, desses usos, só foi possível de ser realizada pelas lentes dos teóricos da Nova História Cultural que trouxeram o esclarecimento das estratégias e táticas que envolviam a relação livro didático e professores do ensino supramencionado.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Angiolina Domanico; CARPANEDA, Isabella. **Porta Aberta: letramento e alfabetização 1º ano**. São Paulo: FTD, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro Didático de História: práticas e formação docente. In: DALBEN, Angela *et al.* (Orgs.). **Convergências e Tensões no Campo da Formação do Trabalho Docente**. Ensino de história, v. 6, p. 544-565. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: _____. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. Práticas de leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação** (Universidade de São Paulo. Impresso) [Cessou em 1998. Cont. ISSN 1517-9702. Educação e Pesquisa (USP. Impresso)], São Paulo, v. 22, n. 1 jan./jun, p. 89-110, 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfe/article/viewFile/33598/36336>>. Acesso em: 28 out. 2014.

BITENCOURT, Nádya Leandro de. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 22 de setembro de 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 26 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. **Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. **Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 28 out. 2014.

_____. **Guia de livros didáticos: PNLD 2010: Letramento e alfabetização/Língua Portuguesa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009b. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/guia_pnld_2010/lingua_portuguesa.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

CORNELAS, Clemilda Aparecida. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 18 de setembro de 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. v. 1.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 36-49, São Paulo, jan./abr. 1991. Disponível em: <<http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIEROmundocomorepresentacao.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

ESCOLA MUNICIPAL LECI CALDEIRA SHERER. **Ata**, 2010.

GOMES, Kairuzan Maria das Neves Larsen Carstens. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 08 de agosto de 2014.

LAJOLO, Marisa. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. **Em aberto**, Brasília, v. 16, n. 69, jan./mar. 1996. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

LIVRO DIÁRIO DE CLASSE. **Registro de Classe**. Anos Iniciais – Ensino Fundamental. Ano/Período Letivo: 2011. Estabelecimento: Escola Municipal Professora Leci Caldeira Scherner. Professora: Cássia Helena Guillen Cavarsan. Organização: 1º ano. Turno: Tarde. Turma: A

MACHADO, Fabiane dos Santos. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 18 de setembro de 2014.

MALAGUINI, Tatiana Lobo Nogueira. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 23 de outubro de 2014.

MUNAKATA, Kazumi. Livro didático e formação do professor são incompatíveis? In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MUNAKATA, Kazumi; RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. In: SIMPÓSIO 6: O livro didático e a formação de professores. Brasília, 2002. **Anais**. Brasília: MEC, SEF, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1b.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

RIBEIRO, Angelita Assis de Oliveira . **Entrevista** concedida à pesquisadora em 22 de setembro de 2014.

REGLY, Raquel Ivanil. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 23 de outubro de 2014.

SLUGOVIESKI, Andreia de Cassia. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 08 de agosto de 2014.

SLONSKI, Vera Maria Borges. **Entrevista** concedida à pesquisadora em 08 de agosto de 2014.